



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 566/2016 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 496/2013.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, dispõe sobre a implantação e implementação de um processo de reciclagem de garrafas pet realizada por empresas em regime de parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo e comunidades.

De acordo com a propositura, as empresas parceiras ficam obrigadas a contratar mão de obra das comunidades participantes do projeto de reciclagem.

Também determina que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, juntamente com as empresas parceiras, estipulem pontos de recolhimento de garrafas pet na cidade; ofereçam cursos e orientações às comunidades participantes do projeto de reciclagem; e ofereçam espaços para que as comunidades participantes dos cursos possam comercializar os produtos de artesanatos.

Em sua justificativa, o Autor argumenta que o projeto de lei pretende promover a conscientização das comunidades sobre a preservação do meio ambiente e, em especial, sobre a reciclagem de garrafas pet, contribuindo com a diminuição do acúmulo de lixo. Também visa a aumentar a empregabilidade das comunidades participantes do projeto de reciclagem.

Também aponta que a propositura foi baseada no projeto elaborado pela aluna Luana Mendes Correia da Silva, da Escola EMEF Joaquim Bento Alves de Lima Neto, constante no Caderno de Projetos Parlamento Jovem Paulistano 2012.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela LEGALIDADE da propositura.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas audiências públicas nos dias 27/08/2014 e 10/09/2014 para instruir a tramitação do projeto de lei. Nas duas ocasiões não houve manifestação dos presentes.

A mesma Comissão enviou um pedido de informações ao Poder Executivo a fim de subsidiar seu parecer acerca do projeto de lei.

O Poder Executivo, através de suas Secretarias, manifestou-se CONTRÁRIO à aprovação da propositura, apresentando os seguintes argumentos:

A Lei 12.305/2010 e o Decreto 7.404/2010 estabelecem que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens são obrigados a estruturar e implantar sistemas de logística reversa.

Sobre o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos há, no âmbito da esfera federal, o trâmite dos acordos setoriais e orientação para a celebração em âmbito municipal dos termos de compromisso.

As cooperativas de materiais recicláveis são partícipes na integralidade do novo Sistema de Coleta Seletiva e estão representadas no conselho que promove a gestão do Fundo Paulistano de Coleta Seletiva e Logística Reversa.

Recomenda, enfim, que não ocorresse qualquer imposição e/ou determinação de obrigatoriedade que pudesse empreender maiores dificuldades aos processos de negociação e condução destes trabalhos.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, diante dos argumentos apresentados pelo Poder Executivo, manifestou-se CONTRÁRIA à aprovação do projeto de lei.

A Comissão de Administração Pública manifestou-se FAVORÁVEL à aprovação do projeto de lei.

De acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo (Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>>. Consultado em: 09/12/2015).

Quando se trata de dados referentes à reciclagem destes materiais, há indicadores consistentes. Com base em informações das entidades representativas do setor, os índices brasileiros de reciclagem do plástico são da ordem de 60%, principalmente em relação às embalagens plásticas e, deste conjunto, das embalagens de PET.

Os dados nacionais apontam para um conjunto de mais de 800 unidades industriais de reciclagem de plástico, indicando a importância do estado de SP neste processo, considerando que a maior parte das indústrias está instalada no território paulista.

Para o PGIRS do município de São Paulo, além da ampliação dos índices de coleta dos RSD Secos, importa ter conhecimento da capacidade de processamento da indústria instalada. Neste sentido, em relação aos plásticos, segundo o setor, há capacidade de absorver um crescimento acima de 30% em relação aos valores atuais.

Dados de 2011 apontam para uma capacidade instalada de processamento de 1,7 milhões de toneladas anuais, sendo que, no mesmo ano, foram efetivamente processadas pouco mais de 1 milhão de toneladas de PET, como demonstram as figuras a seguir.

É possível notar que nos anos de 2004 e 2005 houve um aumento grande na ociosidade para reciclagem de plásticos PET, gerada, dentre outros motivos, pela ampliação da capacidade de processamento (implantação de novas unidades recicladoras), aumento da exportação e pelo aumento da produção de embalagens - que, pela deficiência dos sistemas de coleta, não conseguiram chegar às indústrias recicladoras.

O setor reivindica ações para melhoria do desempenho da reciclagem de plásticos, sendo as principais delas:

ampliação da participação e adesão da população nas ações de coleta seletiva

fortalecimento da coleta seletiva e da triagem de materiais recicláveis, a partir da ação do setor público;

atuação do setor público no estabelecimento de regras de compras e licitações, priorizando o uso de produtos reciclados;

desoneração da cadeia econômica (nos níveis federal, estadual e municipal).

Conforme foi mencionado pelo Poder Executivo, a aprovação da proposição poderá interferir no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo, já em andamento na cidade.

Entretanto entendemos que a proposição é meritória e de relevante interesse público, portanto, quanto ao mérito, a Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia é FAVORÁVEL à aprovação do projeto de lei.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo Lazer e Gastronomia, em 13/04/2016

José Police Neto (PDS) - Presidente

Adilson Amadeu (PTB)

Ricardo Young (REDE)

Salomão Pereira (PSDB)
Senival Moura (PT)
Toninho Paiva (PR) - Relator

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 14/04/2016, p. 238

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.